

# REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO RURAL EM DOIS MOSAICOS NORTE-AFRICANOS: *LABERII* E *DOMINUS IULIUS*

Regina Maria da Cunha Bustamante\*

## **Abstract**

*Based on the comparative analysis of two mosaics: the one from the Laberii and the one from Dominus Iulius, dated respectively from the IIIrd. and IVth. century and both from Africa Proconsularis, we will try to discover how the countryside was depicted and identify the economical, social and cultural inferences inside the representations of the rural space built in these two mosaics, confronted with the written documentation and the historiographic production about this subject.*

## **Introdução**

A África do Norte oferece uma rica coleção de mosaicos exposta tanto nos museus quanto nas ruínas de suas cidades. Centenas de pavimentos têm sido descobertos desde o último século e a busca por novos exemplares continua. Os mosaicos apresentam uma gama muito variada de temas (simples, geométrico, floral ou figurativo) e cores (bicromático ou policromático). A abundância e a variedade dos mármore norte-africanos favoreceram o desenvolvimento da arte dos mosaicos. Na região, já havia uma tradição púnica nesta arte. Entretanto, por volta do final do século I e do início do II, mosaístas norte-africanos criavam pavimentos de mosaicos geométricos em preto e branco com padrões muito simples, lembrando mosaicos italianos do mesmo período. Os artesãos norte-africanos trabalhavam como se estivessem prosseguindo com as técnicas dos mosaicos romanos e relegavam suas próprias tradições. Somente em meados do século II, os mosaístas da região começaram a se libertar da influência romana. Suas inovações iniciais

---

\* Prof. Doutora de História Antiga Romana, IFCS, UFRJ.  
E:mail: rbustamante@webcorner.com.br

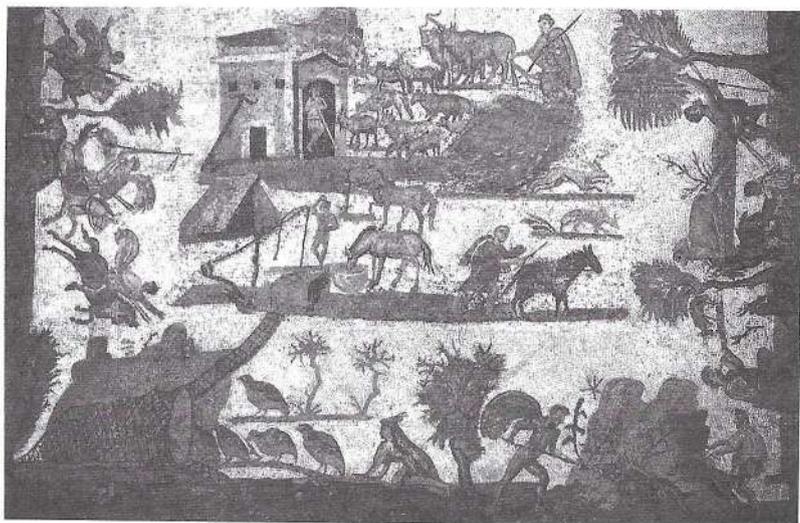
consistiram na gradual introdução da policromia nas bordas do pavimento e a integração de elementos florais e de padrões geométricos. Durante a segunda metade do século II e o início do III, quando as cidades norte-africanas passaram por um período de prosperidade econômica, as suas oficinas se dissociaram dos cânones dos mosaicos italianos e estabeleceram seu próprio estilo. Distinguiram-se principalmente pela adoção permanente da policromia e por uma preferência pela decoração vegetal muito sofisticada. Cada região desenvolveu seu próprio estilo e temas. Na metade do século III, a produção de mosaicos arrefeceu devido à diminuição da atividade de construção. Mas, o século IV e boa parte do seguinte foram o período áureo da arte do mosaico norte-africano. As diversas oficinas da região produziam uma grande quantidade de mosaicos policromáticos, geométricos, florais e figurativos com desenhos sofisticados. O estilo africano, desenvolvido a partir de meados do século II, chegou assim a sua maturidade e foi disseminado em outras partes do Império, como Sicília (CARANDINI, 1967: 93-12), Sardenha, Roma e Espanha.

Os mosaicos eram utilizados na decoração de obras públicas e das ricas *domus* da elite<sup>1</sup>. Segundo Veyne (1990: 301-302), a arquitetura privada da elite, cristalizada na *domus*, foi uma das criações mais belas da arte grega e romana. Um dos elementos decorativos mais admirados eram os mosaicos de cores vivas no chão, nas paredes e no teto. Estes mosaicos não trouxeram apenas leveza às *domus* da elite local, decorando aposentos como se fossem afrescos e tapetes, como também revelaram a vida cotidiana e os prazeres aristocráticos. Produziram-se muitos mosaicos com motivos figurativos, que seguiam o estilo da tradição helenística, com cenas idílicas, mitológicas e inspiradas na vida econômica e social, em especial da elite.

Para este artigo, selecionou-se o tema rural buscando desvelar a representação do campo presente em dois grandes mosaicos de chão (*opus tessellatum*) da África Proconsular (atual Tunísia): um medindo 3,9 m x 2,7 m, compondo a decoração de uma residência em *Uthina* (atual Oudna), pertencente aos *Laberii*, construção datada de meados do século II<sup>2</sup>, sendo o mosaico escolhido do século III, e o outro, medindo 4,5 m x 5,65 m, encontrado numa residência urbana de Cartago, foi datado do final do século IV e é conhecido como mosaico do *Dominus Iulius*, por uma inscrição no pergaminho retratado no mosaico<sup>3</sup>. Os dois mosaicos estão inseridos no período de mosaicos com estilo norte-africano. O primeiro é uma das mais antigas representações do gênero e o outro, um dos mais conhecidos mosaicos norte-africanos<sup>4</sup>. Os dois mosaicos fazem parte do acervo do Museu do Bardo, na Tunísia.

## MOSAICO DOS *LABERII*

(FANTAR *et alii*, 1994: 98.)



## MOSAICO DO *DOMINUS IULIUS*

(FANTAR *et alii*, 1994: 108-109.)



## 1. Prestígio e Ócio

A terra era fonte por excelência de riqueza na Antigüidade. As propriedades rurais eram indubitavelmente um fator de prestígio social, daí a sua representação nos mosaicos das residências da elite. Para Precheur-Canonge (1962) e Parrish (1979: 281-283), este tipo de mosaico precisa o modo de vida da aristocracia que, durante a primavera e o outono, abandonava suas *domus* urbanas pelas *villae* campestres. Na mesma linha de interpretação, posiciona-se Sarnowski (1978) que, ao analisar a origem de 13 mosaicos<sup>5</sup>, descobre que 11 deles provêm de *domus* urbanas. As imagens deste grupo de mosaicos não se relacionam, portanto, à realidade do ambiente imediato, mas “publiciza”, nas salas de jantar (*triclinium*) ou de recepção (*exedrae e oeci*) destas *domus*, ambientes onde se recebiam os convidados, a *villa* rural do proprietário e a paisagem do seu domínio preferido. Este aspecto social da arquitetura doméstica não escapava aos antigos: o arquiteto romano Vitruvius (*Da Arquitetura* VI, 8) já atentava para a vinculação existente entre a planta das casas e o *status* social de seu proprietário. O arquiteto romano (*Ibid.* VII, 5) ainda recomendava cuidado na adequação da decoração ao tipo de cômodo. Tal premissa era seguida pela elite norte-africana, que colocava as cenas rurais no *triclinium*, refeitório, peça fundamental na sociabilidade da antigüidade. Este era o lugar de reunião diária para a família, onde se reforçava a coesão familiar, e, ao mesmo tempo, devido a uma série de convenções próprias impostas pela sociedade, mantinha-se a hierarquia familiar. Era também o lugar onde se homenageavam os hóspedes e recebiam-se os amigos, principalmente para cear, o que se fazia à tardinha. Nas espaçosas e luxuosas áreas do *triclinium*, o proprietário também afirmava sua posição privilegiada frente à sociedade. O cerimonial da mesa nos banquetes era o momento de o anfitrião mostrar sua fortuna e apregoar sua imagem para o exterior, tanto pela comida e bebida oferecidas quanto pela decoração da sala.

Février (1981: 95-101) destaca a função prevista das imagens, qual seja, a decoração concebida para fazer sonhar e reportar ao ócio rural. O autor destaca a relação entre as imagens dos mosaicos e a decoração no mundo helenístico e romano, que expressariam uma certa sociabilidade condizente com a unidade cultural da Antigüidade Tardia, ao buscar manter as tradições e formas clássicas e utilizar um código visual comum com símbolos conhecidos. Duval (1986: 163-174) compartilha desta posição de Février. Ao seu ver, os mosaicos seguiriam o modelo vindo de fora, imitando os mosaicos nilóticos

da época helenística. Reproduzir-se-iam algumas convenções, tais como detalhes arquitetônicos emprestados de construções do período e atividades caracteristicamente mediterrâneas, como as atividades *agropastoris* e de caça.

É precisamente esta imagem rural que se encontra representada nos dois mosaicos selecionados. Uma vez que os donos das grandes propriedades controlavam a exploração dessa riqueza agrícola, eles do mesmo modo dominavam a vida social da província. Assim, eram eles também que comumente comissionavam os mosaicos; eram, portanto, os clientes favoritos dos mosaístas da região. Uma das formas de documentação mais expressiva da vida diária dessas propriedades são os mosaicos nos quais os artistas representaram notavelmente essa vida.

## 2. Diversidade de Atividades Rurais

Com as Guerras Púnicas, conflito envolvendo romanos e cartagineses nos séculos III e II a.C., e com as disputas pelo poder entre Júlio César e os partidários de Pompeu em meados do século I a.C., estabeleceram-se as províncias romanas na África do Norte: a *Africa Vetus*, no antigo território cartaginês, e a *Africa Nova*, na Numídia. As terras conquistadas pelos romanos transformavam-se em *ager publicus populi romani*, ou seja, propriedade do povo romano. A propriedade tribal na África do Norte foi constantemente limitada em favor da ampliação crescente das terras de colonização, afetando, desta forma, o direito de passagem. Este processo de confinamento das tribos para o interior e de expropriação de terras verificou-se no Alto Império e se acentuou na época dos Severos, final do século II e início do seguinte, quando houve a expansão do *limes* na Tripolitânia, Numídia e Mauritània. A transformação das terras de nomadismo em áreas agrícolas, confiscando as terras férteis para a agricultura, e o fechamento dos caminhos de migração sazonal para a construção e o melhoramento de estradas romperam o estilo de vida seminômade das populações locais, gerando revoltas (DYSON, 1975: 136-175). Os campos mais ricos foram apropriados por imperadores, veteranos, colonos romanos ou italianos, companhias coletoras de impostos e membros da aristocracia romana (senadores e equestres), expulsando desta forma a população local para as estepes e para o deserto. Uma parte dos nativos manteve suas atividades de pastoreio, outros tornaram-se pequenos proprietários, sedentarizando-se, mas houve também a transformação dos nativos em proletários rurais nos *latifundia*.

A divisão agrária romana era tradicionalmente quadricular: a centurição (quadrados de 710 m<sup>2</sup>). Embora os lotes dados aos imigrantes italianos do período republicano tenham sido de extensão moderada, houve uma tendência cada vez mais acentuada de formação de *latifundium* através da compra de terras de pequenos fazendeiros por seus vizinhos mais ricos ou da transformação desses pequenos proprietários em meeiros. O baixo preço das terras norte-africanas, em comparação às italianas, atraía o interesse de eqüestres que compraram grandes extensões no último século da República. No Alto Império, predominou o latifúndio na África do Norte, exemplificado por Tertuliano em *Da alma XXX*: “Agradáveis domínios substituíram os desertos mais recalcitrantes, campos cultivados invadiram as florestas, rebanhos domésticos colocaram em fuga os animais selvagens.” Gradativamente, terrenos foram desmatados e transformados em explorações agrícolas. Os domínios buscavam a auto-suficiência, organizando tudo o que era necessário à vida: banhos públicos, lojas, mercados e templo. Naqueles domínios mais ricos, mantinham-se praticamente todas as profissões: fundidores, ourives, ceramistas, carpinteiros e tanoeiros, para não dar aos camponeses nenhum pretexto de irem à cidade, de acordo com Paládio, no tratado agrícola *A economia rural I, 6*, escrito no século IV.

Nos dois mosaicos, o domínio rural apresenta uma agricultura diversificada, onde se destaca o cultivo de cereais e a olivicultura. O mosaico dos *Laberii*, no seu registro central, apresenta: um homem, atrás de uma parelha de bois, empurrando uma charrua que traça sulcos na terra<sup>6</sup>; encostada ao estábulo, encontra-se uma canga; um homem dá água aos muars através de uma bomba de alavanca; perto do poço, um arado; e um burro carregado de sacos sendo impelido por um homem, cena ainda freqüente nos campos da Tunísia atual, onde os camponeses fazem transportar no lombo dos asnos o produto de suas modestas explorações. Sem dúvida, trata-se de uma faina agrícola, em que a própria escolha do lugar de sua representação no mosaico, ou seja, no centro, indica não apenas a importância desta atividade, como também uma divisão espacial privilegiando a atividade humana: a produção cerealífera resultava da ação humana de uma maneira mais patente, era uma atividade típica do homem civilizado que, através da técnica e do conhecimento, dominava a natureza, subjugando-a em seu favor. *Uthina* (atual Oudna), onde foi encontrado o mosaico dos *Laberii*, situa-se na planície do uádi (leito do rio) Miliane, que necessita irrigação para as atividades agropastoris. De fato, a presença de um poço com uma bomba de

alavanca, mostrado no segundo nível do registro central do mosaico, indica que era preciso captar artificialmente água para a fazenda. No mosaico do *Dominus Iulius*, a referência ao cultivo de cereais encontra-se no registro superior à direita: perto da cabana guardada por um cão, há uma plantação pronta para ser ceifada. Assim, enquanto o mosaico dos *Laberii* apresenta, além da ação da sementeira, as condições técnicas, o trabalho animal e humano para a atividade cerealífera, o do *Dominus Iulius* optou por apresentar o resultado desta atividade.

A oliveira era uma árvore muito característica do campo norte-africano e sua presença em uma composição figurativa freqüentemente sugeria a existência de um olival. No mosaico dos *Laberii*, a atividade de olivicultura<sup>7</sup> encontra-se no registro lateral à direita: um homem com uma vara derruba azeitonas da oliveira, prática desaconselhada pelo agrônomo púnico Magon<sup>8</sup> e denunciada por Columela (*Da agricultura*) e Varrão (*A economia rural* I, 55), seus sucessores latinos. Cena similar apresenta-se no registro superior à esquerda do mosaico do *Dominus Iulius*: ao fundo, enquanto um homem usa a vara para derrubar as azeitonas, outro as colhe no chão para colocá-las no cesto, e, em primeiro plano, uma mulher leva um cesto com azeitonas para sua senhora.

O mosaico do *Dominus Iulius* também oferece vestígios de uma outra atividade agrícola: a fruticultura. No mesmo registro superior, a senhora está se abanando<sup>9</sup>, sentada num banco sobre o qual se encontra um prato com frutas: figos, peras e uvas. Mas, o principal indício encontra-se no registro inferior à direita: o senhor do domínio aparece, majestosamente sentado num banco instalado no meio do pomar, do qual se distingue uma macieira com frutos, uma tamareira, um olmo intencionalmente serrado e uma vinha da qual emerge um cacho suculento e voluptuoso de uva. Atrás dele, aparece um homem carregando nas costas um cesto de uvas, num indício da vindíma que ocorria no outono, e uma lebre na mão. No mosaico dos *Laberii*, não há nenhuma referência a viticultura.

A pecuária é uma atividade que se encontra presente nos dois mosaicos, sendo que no dos *Laberii* ela aparece com maior destaque. A falta de água suficiente motivava o investimento na diversificação dos tipos de rebanhos. Os habitantes das grandes propriedades completavam assim com uma porção extra a sua alimentação através da carne de animais de pequeno porte. Ao mesmo tempo, os animais proporcionavam meios de fertilizar o solo. Animais maiores eram mantidos fundamentalmente como força-motriz. Os

norte-africanos empregavam touros e bois primariamente como animais de tração. Burros e mulas eram usados como animais de montaria ou de carga. O cavalo era reservado para emprego mais nobre: esportes competitivos ou caçadas. No mosaico dos *Laberii*, a criação de animais está tanto no registro central, com caprinos voltando para o estábulo e o uso de bois e muaras na lida agrícola, quanto no registro lateral à direita, em que, enquanto um pastor ordenha uma cabra, um outro vigia o rebanho de caprinos e ovinos, sentado numa pedra e tocando flauta. Interessante é perceber que esta atividade, juntamente com a caça, ocorre num espaço marginal do domínio rural. Tal concepção foi transmitida pelo mosaísta ao representá-lo nos registros laterais que margeiam o registro central, caracterizando-o como uma região da natureza, acidentada e com bosque, enquanto o registro central foi reservado para agricultura cerealífera e contém outras obras humanas, como o estábulo<sup>10</sup>, o poço com bomba de alavanca, a charrua e a canga. No mosaico do *Dominus Iulius*, é a criação de animais de pequeno porte que aparece no registro superior: patos (carregados por um homem), galinhas (gaiola e pintinhos embaixo do banco da senhora e galinha ciscando próxima), ovinos (cordeiro levado pela mulher à senhora e ovelha observando; talvez tosa de ovelha na falha do mosaico). Entretanto, deve-se considerar também que o cordeiro e a galinha com sua prole em volta da senhora podem ser lidos como elementos femininos relacionados respectivamente à pureza/inocência e à maternidade, virtudes que se esperavam da mulher.

A *villa*, representada nestes dois mosaicos norte-africanos, apresenta-se pois como um local de produção agropastoril variada. Tal situação já se encontra presente desde o período cartaginês. A África do Norte despertava interesse por se constituir num vasto território a ser ocupado. Já no século V a. C., com os cartagineses, ocorrera uma ocupação do território norte-africano em busca de terras que permitissem o abastecimento das cidades e a alimentação de sua população crescente. A expansão cartaginesa ocorreu a par do desenvolvimento do cultivo metódico da oliveira aliada à cultura de outras árvores e ao pastoreio. Os cartagineses implementaram na sua *pertica* explorações agrícolas que utilizavam escravos e mão-de-obra local na sua exploração (WHITTAKER, 1978: 331-362). O resultado prático da expansão cartaginesa foi descrito por Diodoro da Sicília (*Biblioteca de História* XX, 8): extenso pomar irrigado por canais, pontilhado de moradias luxuosas, campos onde pastava gado bovino, ovino e equino e, principalmente, uma apicultura<sup>11</sup> desenvolvida com extremo sucesso, sendo a produção de

mel (utilizado como adoçante) e de cera (utilizada com fins medicinais) exportada; este último produto era muito apreciado pelos romanos. A exploração agrícola cartaginesa foi apresentada no tratado agrícola de Magon, cuja importância fez com que o Senado ordenasse a sua tradução do púnico para o latim. Picard (1990: 69) denomina de economia “magônica” aquela propriedade que combinava arboricultura com pecuária; tal economia manteve-se no período romano.

A potencialidade agropastoril da África do Norte sempre foi reconhecida pelos antigos romanos. Em meados do século I a. C., Salústio (*Guerra de Jugurta* XVII) informava que “(...) a terra é fértil em cereais, boa para gado, improdutiva quanto a árvores<sup>12</sup> (...)”; e Pompônio Mela (*Corografia* I, 4 e 6), quase um século depois, confirmava: “Ela [a África] é de uma fertilidade maravilhosa nas regiões habitadas. (...) Ela [a Numídia] é maior que a Mauritânia, mais bem cultivada e mais rica.” Mesmo ainda quatro séculos mais tarde, a riqueza agrícola norte-africana continuava atraindo povos conquistadores: no século V, Vítor de Vita (*História das perseguições nas províncias africanas* I, 1, 3) destacou que esta riqueza foi um forte motivo para a invasão vândala (ALBERTINI, 1930: 1-5).

Grande parte da população romana<sup>13</sup> tinha como base de sua subsistência o fornecimento de cereal pelo Estado<sup>14</sup>. Roma, portanto, estava mais interessada em incrementar a produção de cereais<sup>15</sup> para alimentar a sua enorme população carente, e, para isso, efetuou uma política de confinamento das tribos locais, manteve, no antigo território cartaginês, o trabalho hidráulico, herdado dos púnicos, graças aos esforços do exército romano, e expandiu a exploração intensiva agrícola para Numídia e Maurítânias. O destino da África seria se tornar o “celeiro de Roma”<sup>16</sup>? A impressão de fertilidade norte-africana estava relacionada à obrigação do tributo em cereal<sup>17</sup>. Tendo sido perdedora das Guerras Púnicas, a região cartaginesa devia entregar ao vencedor o seu trigo (POLÍBIO. *História* XIV, 18). A política do “*panem et circenses*” (JUVENAL. *Sátira* VIII, 118) para a plebe, desenvolvida em Roma pelos seus governantes, demandava uma quantidade significativa de cereal; estabeleceu-se a *annona*, ou seja, serviço institucionalizado de abastecimento de cereal, advindo da produção anual dos domínios imperiais e da arrecadação em espécie cobrada sobre outras terras. Inicialmente, a Sicília e a Sardenha abasteciam a cidade; depois, houve a necessidade de se recorrer ao Egito e à África do Norte, que se tornou a principal fonte após Augusto. Segundo Tácito (*Anais* XII, 43), os bons cidadãos “*gemiam de ver que a*

*subsistência do povo romano estava ao sabor dos ventos e tempestades*”<sup>18</sup>; Roma afastava-se definitivamente do antigo ideal de autarcia. Com a construção de Constantinopla, a dependência do cereal norte-africano por Roma aumentou, pois o cereal egípcio era utilizado para abastecer a população da nova capital do Império Romano do Oriente, de acordo com Claudiano (*Guerra contra Gildão* I, 60-65), poeta do final do século IV e início do V. A dependência de Roma em relação ao cereal norte-africano foi utilizada como arma política em diversas ocasiões pelos usurpadores, como Clódio Macer (comandante da III Legião Augusta) em 69 e Domício Alexandre (procônsul) em 308, e pelo norte-africano Gildão, entre 387 e 398.

A grande produção cerealífera exportada para Roma ocasionava, entretanto, fomes freqüentes na região. “Celeiro de Roma” não era, portanto, um cognome baseado no bem-estar da população norte-africana. Esta situação foi minorada no período entre meados do século II e meados do III, quando ocorreu o cultivo das terras virgens, em especial, da Numídia, o que favoreceu o crescimento demográfico das populações rurais. No Baixo Império, o cereal fazia a fortuna de alguns (como latifundiários e especuladores), mas podia arruinar o pequeno agricultor. A alta dos preços, as más colheitas e os lucros dos latifundiários provocaram a falência de fazendeiros e colonos e aumentaram o número de camponeses arruinados, dos pobres e dos mendigos da cidade (AGOSTINHO. *Comentários dos salmos* LXX, 17). Eram raros os casos de enriquecimento de um camponês apenas pelo seu árduo trabalho na triticultura, como o descrito no *C.I.L.* VIII, 11824.

Somente a partir do século II, a viticultura e, principalmente, a oleicultura puderam se expandir pelas terras norte-africanas. Vários fatores conjugaram-se para a promoção deste processo: a conquista de novas terras para a produção cerealífera tornou mais leve o encargo da África Proconsular; a crise da produção do vinho e azeite italianos; a política mais liberal de imperadores de origem provincial para com as regiões não-italianas; a existência de terras estépicas que eram insatisfatórias para a triticultura mas propícias para a arboricultura; e a rentabilidade do comércio de vinho e azeite. Se, no século I a.C., tem-se Salústio (*Guerra de Jugurta* XVIII) questionando a possibilidade de olivicultura na África do Norte, e, no século seguinte, Juvenal (*Sátiras* V, 86-91) criticando o odor e o gosto do azeite africano, no Baixo Império, o quadro foi outro: Símaco (*Relação* 35), prefeito de Roma em 364, pediu às autoridades romanas na África do Norte para mandarem azeite a Roma. A extensão do cultivo da oliveira foi

justificada por Aurélio Victor (*Livro dos Césares XXXVII*) pela necessidade de impedir a ociosidade dos soldados romanos. Adriano incentivou o desenvolvimento de plantações arbustivas nas terras virgens dos domínios imperiais, como se deduz pela inscrição encontrada em *Menea* (atual Tfilzi) datada de 66, compilada no *C.I.L.* VIII, 2469. A *Lex Manciana* também acabou por estimular a olivicultura, ao favorecer a exploração de terrenos adversos, como matagais, pântanos, estepes, terrenos acidentados e terras esgotadas pelos trigais. Os *coloni* recebiam gratuitamente essas terras devolutas, excluídas do cadastro, adquirindo o direito de uso e cessão, para fins de cultivo. O plantio da oliveira foi particularmente bem-sucedido, devido à peculiaridade da terra e às condições climáticas norte-africanas. Entretanto, as condições de produção<sup>19</sup> dificultavam que o pequeno camponês pudesse realizá-lo. Assim, o latifundiário era o que apresentava recursos para fazer face aos pesados encargos e tornar a oliveira um investimento seguro e atraente economicamente.

De acordo com o Código Teodosiano XI, 28, a África do Norte, mesmo no Baixo Império, quando a maior parte das províncias ocidentais sofria retração econômica, manteve sua riqueza baseada em produtos agrícolas, especialmente o cereal e o azeite (LEPELLEY, 1967: 135-144). Entretanto, tal riqueza estava concentrada nas mãos de uma minoria, enquanto uma maioria vivia em condições miseráveis.

### 3. Caça

Para melhorar o regime alimentar precário dos trabalhadores rurais, havia a caça de pequeno porte. Nos dois mosaicos, apresenta-se este tipo de atividade: no dos *Laberii*, no registro central inferior, em que um homem vestido com uma pele de caprino espreita perdizes entrando numa armadilha, e no do *Dominus Iulius*, no registro inferior à direita, um trabalhador segura a lebre. Era indigno para um aristocrata a caça de pequenos animais e ainda mais através de armadilhas que não envolviam o combate direto com a fera. O tipo de animal e a forma de caçá-lo eram sinais da superioridade do senhor. Platão (*Leis* VII, 823 e, 6-7; VII 824 a, 15-17) já condenava a caçada noturna de pássaros que empregava armadilhas, não lhe reconhecendo valor educativo nem virtude cívica; considerava-a pouco digna de um homem livre. Uma cena cinegética, ou caçada, sugere atividades corajosas (*virtus*) por parte da aristocrata.

A caça aristocrática aparece com muito destaque nos dois mosaicos. No dos *Laberii*, no registro lateral esquerdo, em que três cavaleiros cercam um felino já ferido com uma lança, e, no registro central inferior, um javali está acuado pela frente por um homem com lança e um cão e, por trás, por um outro homem segurando um cão. É no registro central do mosaico do *Dominus Iulius* que aparece a saída da *villa* para uma caçada com os empregados levando cães, rede e lança para a captura do animal.

A caça constituía-se numa importante atividade de lazer praticada na *villa*. O bispo Agostinho (354-430), em *Contra acadêmicos* I, 2, descreveu a *dolce vida* de um membro da elite: “*Tu passavas a vida, Romiano, em moradias esplêndidas, banhando-te voluptuosamente, em caças, em jogos, em festins*”. É a mesma descrição expressa sucintamente numa inscrição encontrada em *Thamugadi*: “*Caça, banhar-se, brincar e rir: eis a vida*” (CAGNAT, 1912: 70). Era essa idilicamente a vida de uma classe privilegiada, aquela que deixou mais registros de si mesma e cuja fortuna se afirmava nos magníficos mosaicos domésticos.

Os mosaístas costumavam representar os senhores a cavalo, cercados de suas matilhas e de empregados, que serviam de guias. A julgar pelos mosaicos norte-africanos, a caça ocupava um lugar considerável na vida e no lazer da elite. Uma visão menos ascética da caçada foi dada por Agostinho no *Sermão* LXX, 2:

*“sem se preocuparem com o frio e o calor; barrancos ou torrentes, feridas nas pernas ou mordidas, comendo miseravelmente e bebendo água muito suja. E tudo isto para receber um javali ou um cervo que alegra mais o coração do caçador quando vê o animal exposto, que propriamente pelo seu paladar quando o servem assado à mesa”.*

Para o bispo católico, era incompreensível e motivo de repreensão a paixão pela caça.

Rica em simbolismos (SCNAPP, 1979: 36-59), a caçada de animais pelos homens foi considerada pelos filósofos gregos Platão (*Protágoras* 322 b) e Isócrates (*Panatenáico* 163) como a garantia da identidade humana, fundadora da política e da vida dos homens em sociedade, permitindo-lhes livrar-se da bestialidade do mundo selvagem. Por outro lado, havia também o caráter de domínio e autoridade. O senhor assegurava a ordem necessária

à sua propriedade para que as atividades transcorressem normalmente. A concepção decorativa da temática da caça exaltava o poder do senhor e lhe permitia assumir suas funções sociais dentro de um marco de prestígio. O senhor se distingue pela vestimenta<sup>20</sup> e por estar a cavalo. A roupa era uma forma de distinção social (AGOSTINHO. *Sobre a doutrina cristã* II, 25). Escoltam o senhor seus empregados, que portam a rede e a lança, cuidam dos galgos, dispõem armadilhas (*responsabilidade dos empregados, pois este tipo de caça era indigno do aristocrata que enfrentava a fera sem subterfúgios*) e arrancam as peles dos animais caçados.

Adotando uma perspectiva política, Thébert (1990: 392) considera a representação da caça como uma reprodução do modelo imperial, na medida em que a perícia da caça, em particular a do leão, é uma *virtus* do imperador, uma manifestação do favor divino e uma garantia de prosperidade para o mundo. Ao vencer a força animal, o imperador demonstrava sua potência, inteligência e destreza, elementos distintivos do poder. A caça ao leão seguia o modelo heróico e guerreiro ao oferecer ao governante a ocasião de demonstrar à coletividade sua coragem. Tal concepção ganha um significado ainda mais patente quando se sabe que a caça ao leão era monopólio do imperador até Honório (395-423). Entretanto, o imperador poderia consentir a algum senhor caçar a fera imperial (*C. Th.* XV, 11, 1), levantando então a hipótese de que os mosaicos de caça ao leão poderiam retratar a concessão deste privilégio. Por outro lado, a elite norte-africana, ao se retratar em combate com as feras, em especial com o leão, chamaria para si o poder. Assim, nos mosaicos de caça, poderia estar presente a intenção de uma imitação respeitosa do modelo imperial ou a evidência de uma concorrência potencial entre o poder do imperador e o da elite local, condizente, pois, com a situação política do Baixo Império que se caracterizava por uma fragmentação do poder central público e um crescimento dos poderes locais privados. Este tipo de decoração refletiria então que o senhor dentro de seus domínios privativos era como um imperador em menor escala. Assim, a elite norte-africana construiria sua concepção de poder reproduzindo em nível de imagens e ritos cerimoniais, expressos nos mosaicos de caça, o poder imperial.

Para sua inspiração, o mosaísta dos *Laberii* apelou para a mitologia no combate entre um homem, vestindo apenas uma clâmide, e o javali. A caça ao javali se parece com aquela de Meleagro contra o javali de Cálidon, tema muito escolhido pelos escultores de sarcófagos, ou melhor, pelos comanditários.

A recorrência aos heróis da mitologia parece se revestir de uma dupla dimensão: simbólica e cultural. Colocadas à disposição dos mosaístas, estas cenas lhes serviam de modelos. Na ocasião de uma caça ao javali, consultava-se o repertório iconográfico na esperança de ali encontrar o tema pedido. O tema da leoa ferida, presente no mosaico dos *Laberii*, também era apreciado no Mediterrâneo Oriental. Para alguns exegetas do mosaico, o recurso aos heróis da mitologia traduziria o desejo de se assimilar a eles. Os comanditários, pela caça ao javali, exaltavam sua força física, sua coragem e seus dons de caçadores capazes de dominar as feras. De cavalo, perseguiam o felino ou derrubavam o javali num confronto direto digno de cenas heróicas dos anfiteatros; o senhor do domínio se apresenta como verdadeiro *dominus*, *dominator*. Pelo recurso ao herói da mitologia e pela presença de suas imagens, procura-se exaltar suas virtudes, seu poderio e seu carisma. O proprietário da reprodução também desejava poder se beneficiar de uma parcela do triunfo de um herói grego, um tipo de seiva nutritiva que reconforta e assegura. É igualmente uma maneira de se aparentar, de se situar e de se identificar. A imagem desvelava a cultura; é enobrecedor se identificar, se lembrar da “sua memória” e se colocar ao lado daqueles que podem e sabem se lembrar: se reconheciam apenas aqueles que têm uma história e que sabem contá-la para seduzir e se fazer admitir.

#### 4. Hierarquização Social

Os extensos domínios rurais eram de propriedade de particulares e do imperador. Uma parte significativa dos domínios privados pertencia às grandes famílias senatoriais romanas. Plínio, o Velho, em *História Natural* XVIII, 35, relatou que, quando do confisco de Nero, não mais de seis proprietários possuíam a metade da África. No Baixo Império, através de um documento fiscal contendo o nome dos domínios privados, evidencia-se que o seu número igualava-se ao das cidades (SAUMAGNE, 1950: 109-120). Outros proprietários eram altos funcionários do Estado, que utilizaram os seus períodos administrativos como procônsules ou legados para obter propriedades, em circunstâncias muitas vezes duvidosas. Foi assim que Júlio Marciano, legado na Numídia sob Alexandre Severo, “adquiriu” terras perto de *Lambaesis* (BOISSIER, 1901: 153). A maior parte desses proprietários era absenteísta, vivendo em Roma e recebendo as rendas de suas terras. Em *Hippo Regius*, o bispo Agostinho, nas *Cartas* II, 63, LVIII, LXXXIX e XCIX,

1, citou quatro exemplos: Símaco, Pamáquio, Festo e uma nobre dama cristã, de família senatorial, que tinha uma *domus*, vizinha à catedral da cidade. Os proprietários africanos preferiam Cartago, com suas distrações e vida cultural mais intensa.

Pelo mosaico dos *Laberii*, parece que o seu proprietário era absentéista, na medida em que a única construção estava relacionada à produção e não a uma residência. Segundo a tipologia de Columela, apresentada no seu tratado agrícola no século I (*Da agricultura* I, 6), a *villa* dos *Laberii* seria uma *villa fructuaria*, pois era composta por edifícios de produção. Distintamente, a *villa* do *Dominus Iulius*, em que o elemento central do mosaico era justamente a casa senhorial, seria uma *villa rustica* por conter uma casa de campo na propriedade. A imponente casa senhorial era um importante marco de prestígio do senhor. Aqui a iconografia ilustra bem claramente o orgulho do grande senhor de terras que queria mostrar com ostentação sua grande riqueza e poder. A composição é centrada na apresentação da *villa*, que, levando-se em conta seu caráter maciço e proporções imponentes, certamente se constituiu num símbolo da magnificência do proprietário que comissionou o trabalho. Um certo número de *villae* representadas de modo semelhante foi encontrado na Tunísia. Essas representações se estendem temporalmente da era flaviana à era bizantina; mas, como dito anteriormente, é bastante significativo que elas sejam essencialmente encontradas em residências urbanas e não nas rurais. Esses mosaicos são ainda mais preciosos pelo fato de a arqueologia até o presente momento, ao menos na Tunísia, não ter encontrado evidências significativas de estruturas rurais antigas. O problema que ainda continua a ocupar os especialistas no assunto é relacionar essas representações arquitetônicas com a realidade norte-africana.

É necessário se entender o modo como a perspectiva foi trabalhada neste tipo de mosaico da Antigüidade Tardia: ela foi tratada de acordo com convenções estabelecidas e não como nós agora classicamente compreendemos a perspectiva. Ao superpor uns elementos sobre os outros, que na realidade eram separados na profundidade, o artista procurava mostrar partes que normalmente seriam invisíveis, devido a outras construções situadas a sua frente. É, portanto, necessário separar as partes superpostas de modo a se compreender a disposição geral dessa habitação suntuosa. Construída de pedra de cantaria, ou pedras quadradas, todo o complexo residencial do mosaico do *Dominus Iulius* é fechado por uma muralha externa interrompida apenas no centro por um grande portão de entrada com um arco. Através

desse portão se chega a um pátio interno, além do qual se construiu o edifício principal, uma estrutura com uma fachada de pórticos com torres angulares, ou “torres projetadas”, em cada canto; dentro há uma construção quadrangular e quatro estruturas cobertas com cúpulas que abrigariam banhos. A fortificação da residência senhorial foi lida por Rostovtzeff (1988; original de 1925) como um aspecto defensivo, resultado de todo um processo histórico que caracterizou o Baixo Império e prenunciou a Idade Média. Este historiador utiliza o mosaico como comprovação de suas teses de crescente ruralização do Império Romano do Ocidente a partir da Crise do século III e de transformação dos domínios rurais em feudos centrados nos castelos. Tal concepção é atualmente criticada para a África do Norte neste período, pois, diferentemente da Gália e da Itália, foi uma época de prosperidade para a região. Entretanto, não se descarta a preocupação defensiva com ataques dos circunceliões, bandos de trabalhadores sazonais que, de meados do século IV ao V, passaram a atacar as ricas herdades, premidos por uma situação de miséria social que foi conjugada em alguns momentos com o donatismo, movimento dissidente da Igreja Cristã na África do Norte.

Nos dois mosaicos, o dos *Laberii* e o do *Dominus Iulius*, evidencia-se a presença de moradias destes trabalhadores sazonais. Nos tempos de colheita, os circunceliões dirigiam-se às propriedades fundiárias com suas choças de palhas – as *mapaliae*<sup>21</sup> – e, durante a entressafra, procuravam sua subsistência nas cidades. No mosaico dos *Laberii*, a *mapalia* aparece no registro central, perto da bomba de alavanca, e, no do *Dominus Iulius*, no registro superior à direita, sendo vigiada por um cão e próxima a uma plantação madura de cereal, pronto a ser colhido, tarefa que demandava uma mão-de-obra excedente.

Além deste tipo de trabalhador, no cenário rural vai se firmando o colono frente ao escravo a partir do século II. A exploração das propriedades agrícolas era regulada pela Lei Manciana<sup>22</sup>, que foi complementada pela Lei Adriana<sup>23</sup>. Os dois documentos determinavam os direitos e deveres dos *conductores*, dos *villici* e dos *coloni*. Os domínios eram arrendados a ricos e poderosos empreiteiros chamados *conductores*, que empregavam *villici* para dirigi-los. Tal devia ser o caso dos *Laberii*. Os *villici* exploravam diretamente uma parte do domínio, na qual utilizavam o trabalho de escravos e de trabalhadores agrícolas sazonais, além das corvéias devidas pelos *coloni*, que eram agricultores livres a quem os *conductores* sublocavam a maior parte do domínio. O contrato com os *coloni* estabelecia que estes tinham

direito de uso de uma parcela de terra, que poderia ser transmitida por herança ou vendida, contanto que o novo detentor não interrompesse o cultivo por dois anos consecutivos; em troca, entregariam um terço de sua colheita (confere com o *C.I.L.* VIII, 10570) e prestariam um número determinado de dias de corvéia (variável conforme o domínio, cf. *C.I.L.* VIII, 10570 e 14428) na terra controlada diretamente pelos *villici*. De acordo com *C.I.L.* VIII, 14428, os produtos entregues pelos *coloni* seriam: trigo, cevada, vinho e azeite, um quarto de favas e um sesteiro de mel por colméia. Este esquema permaneceu na África do Norte durante o século V, conforme se deduz pelas *Tabuletas Albertini* (COURTOIS, 1952) que, ao tratar do domínio de Flávio Geminiano Catulino, estabelecem as normas de exploração das terras até os confins do deserto. A partir do século IV, o termo *coloni* passou a designar todos os camponeses que cultivavam os domínios imperiais ou privados em todo o Império. Em princípio, eram homens livres, mas sua liberdade foi sendo restrita com leis que os proibiam de deixar a terra que cultivavam. O proprietário, responsável pelos impostos devidos pelos *coloni*, só quitava esta dívida se o cultivo não fosse interrompido, fixando assim os camponeses à terra. Tal situação é mencionada em *A Cidade de Deus* X, 1, 2 de Agostinho e no *Codex Iustinianum* XI, 48 (47), 7. Os *coloni* substituíram em parte os escravos, mão-de-obra majoritária dos latifúndios no Alto Império (por exemplo, PETRÔNIO. *Satiricon* CXVIII, 8 e APULEIO. *Apologia* XCIII), na medida em que estes se tornaram menos rentáveis do que o sistema de colonato e mais caros de se adquirir no Baixo Império.

Nos dois mosaicos, têm-se trabalhadores rurais; entretanto, há uma diferença crucial: a total ausência do *dominus* no mosaico dos *Laberii* e a presença onipotente do *dominus* no mosaico do *Dominus Iulius*. Este e sua esposa foram retratados em todos os registros do mosaico, sendo que, no superior e no inferior, os trabalhadores oferecem-lhes os produtos da terra; no registro superior, são ofertados patos, azeitonas e cordeiro à senhora, e, no inferior, a senhora recebe rosas e peixes<sup>24</sup> e o senhor, gruas, uvas e lebre. Enquanto Merlin (1921: 95-114), o descobridor do mosaico, o descreveu como a imagem das atividades econômicas existentes numa típica *villa* do Baixo Império durante as quatro estações do ano<sup>25</sup>, Veyne (1981: 248-252) não se restringiu a perceber a riqueza do proprietário mas acentuou o caráter de exibição da autoridade que este exerce sobre outros. Os presentes em espécie dos colonos, considerados como oferendas simbólicas, demonstravam tanto a riqueza do terratenente quanto uma cerimônia na qual se mani-

festava a autoridade social do latifundiário. Além do foro anual, renda ou parceria, os colonos romanos trariam ao seu arrendatário pequenos presentes que seriam as primícias das atividades desenvolvidas na *villa*. Por esta ótica, a interpretação tradicional de que o documento entregue ao senhor seria uma relação com os resultados da exploração não coaduna com a interpretação de os produtos ofertados serem as primícias, na medida em que, em algumas cenas, como a do registro superior esquerdo, a atividade de colheita de azeitona está ainda ocorrendo.

O tradicional tema dos portadores de oferendas que rendem homenagem a um potentado ou a um deus foi inserido por Grabar (1962: 394) no “ciclo dos *latifundia*”, em que os proprietários, ao receberem as oferendas de seus dependentes, estavam cumprindo um costume definido e solene de importância social, que se perpetua desde a Antigüidade até a atualidade: era um ato simbólico de o dependente econômico render homenagem ao latifundiário, oferecendo-lhe as primícias de suas colheitas ou atividades de caça e de pesca e não apenas o pagamento da renda devida pelo uso da terra. Assim, no mosaico do *Dominus Iulius*, cada homem está representado em sua função social, reafirmando a hierarquia social e a importância do latifúndio. Para Thébert (1990: 365), neste mosaico, “*todas as estações oferecem seus dons, ininterruptamente e para sempre ao dominus*”.

O poder senhorial evidencia-se de forma clara em dois momentos do mosaico do *Dominus Iulius*: no registro central, que mostra a chegada do grande senhor (*adventus domini*) em suas terras, e no registro inferior à direita, em que o senhor está no pomar. A chegada do *dominus* ocorre sem nenhuma cerimônia particular, no entanto, ele está ricamente vestido e dirige seu cavalo em direção à residência; ele é seguido por um valete a pé carregando em suas costas um cesto e conversando com seu mestre. Na outra cena, o *Dominus Iulius* está sentado imponentemente em um tipo de trono em seu pomar e está recebendo das mãos de um mensageiro, junto com dois pássaros aquáticos, uma carta rolo de pergaminho dirigida a ele pessoalmente. O repouso e as distrações, que vai procurar na sua *villa*, não desviam o *dominus* de suas outras preocupações. Outro trabalhador, chegando por trás, está trazendo uma cesta de uvas, a fruta particular da estação de outono, junto com um coelho. Essa cena, muito mais do que uma representação de um caso de *adventus*, mostra quanto o senhor da propriedade está tentando reproduzir, em seu próprio nível, a pompa e cerimônia da corte imperial e imitar a própria aparência do soberano – em sua vestimenta, penteado e atitude hierática.

No mesmo registro inferior, mas à esquerda, a senhora da propriedade é retratada em atitude e ocupação próprias de Vênus. Ela é mostrada de pé em frente a uma cadeira de braço situada próxima a uma roseira, um atributo da deusa do amor que, ao mesmo tempo, simboliza a primavera. Com suas pernas cruzadas, a esposa do proprietário está apoiando-se com um cotovelo em uma coluna; ela está olhando para um espelho que segura com sua mão esquerda. Sua mão direita está estendida para apanhar um colar que uma servente acabou de tirar da caixa de jóias que está carregando. Como seu marido, a senhora é recebedora de presentes: um cesto de peixes (um símbolo de abundância e proteção contra o mau olhado) e também uma cesta de flores (sempre conotando um valor positivo). No verão (registro superior do mosaico do *Dominus Iulius*), a senhora é mostrada relaxando no jardim sob a sombra de ciprestes. Sentada num banco, ela está se abanando, e de tempos em tempos se servindo de um prato de frutas da estação que lhe foi colocado próximo. Ao mesmo tempo, ela está recebendo duas serventes, uma das quais está lhe trazendo uma cesta de azeitonas e a outra, um cordeiro. Durante o inverno, no registro superior à esquerda, o casal proprietário aparenta ter deixado sua residência na propriedade de modo a se dirigir para a cidade; de qualquer modo, eles não são representados; ao invés disso, há dois camponeses na colheita da azeitona.

No mosaico do *Dominus Iulius*, seqüências da vida íntima diária dos senhores nos permitem imaginar um pouco a *dolce vita*, a vida de lazer, que caracterizava os aristocratas agrários vivendo em meio às suas grandes propriedades. No entanto, elas também apontam para o brutal contraste entre a brilhante vida de luxo da nobreza rural e as condições em que os trabalhadores pobres e os escravos viviam – aqueles sobre os quais recaíam as tarefas mais difíceis e necessárias para a vida agrícola. A economia dessas propriedades dependia de uma agricultura com colheitas variadas e a criação de animais; o trabalho era, portanto, variado e requeria um grande número de trabalhadores. No século II, Apuleio, em *Apologia* XCIII, informa que sua esposa *Pudentilla* deixou para seus filhos um legado de

*“campos de excelente produtividade, uma imensa casa guarnecida com tudo em abundância, uma grande quantidade de trigo e cevada, vinho, óleo de oliva, e outros produtos da terra, pelo menos quatrocentos escravos, sem contar numerosos rebanhos e manadas de valor bem mais que insignificante.”*

## Conclusão

A decoração doméstica constitui-se numa relevante fonte de informação. Infelizmente, as construções em material perecível, como madeira, não resistiram à ação do tempo. Somente algumas deixaram vestígios. Entretanto, as construções em pedra ou mármore subsistiram na sua totalidade ou, mais freqüentemente, em parte, se não foram destruídas intencionalmente. Justamente, estes materiais resistentes eram empregados principalmente em obras públicas e nas construções da elite e os mosaicos fazem parte deste contexto. Os mosaicos da África do Norte, por sua qualidade e quantidade, constituem-se em fonte fundamental para o estudo desta região.

Especificamente os mosaicos de *villa* permitem inferir o estilo de vida da elite local no Baixo Império e desvelar a imagem que esta elite tem de si própria. O surgimento de temáticas rurais neste período estava condizente com as transformações sociais que marcaram o Baixo Império. Mais que um mero artifício de decoração, os mosaicos apresentam um estilo de vida faustoso, um enriquecimento econômico da elite, que gastava recursos significativos nos interiores com opulentos pavimentos de mosaicos, evidenciando assim o aumento da importância da esfera do privado, bem como um crescimento de seu poder político em detrimento do poder central.

A existência de uma comunidade cultural mediterrânea, incentivada pela civilização romana e apoiada num intenso intercâmbio econômico, político e intelectual, ocasionou o desenvolvimento de uma decoração privada característica das elites municipais em todo o Império Romano. Como beneficiária da ordem romana, estas adotaram um marco decorativo que lhes servia como elemento de identificação e de integração ao lhes permitir viver em todas as partes à maneira romana. Assim, manifestavam sua participação na gestão do Império Romano e afirmavam sua posição privilegiada na sociedade local. A homogeneidade social e a cumplicidade política dessas elites foram fatores fundamentais para a perceptível uniformidade dos princípios básicos de sua decoração doméstica. No caso específico, a elite da África Romana, composta de uma aristocracia rural romana ou romanizada, proprietária de extensos domínios explorados por uma massa de trabalhadores compulsórios, integrava-se através de sua economia de exportação (vinho, azeite, trigo, *garum*, cerâmica, animais selvagens, etc.) e da sua crescente atuação na política imperial, principalmente a partir da dinastia dos Severos (193-235). Entretanto, não se deve erroneamente pen-

sar em uma reprodução mecânica da arquitetura romana por parte da elite norte-africana, que adaptou o programa arquitetônico romano aos seus interesses, necessidades e condições financeiras. A escolha da temática do mosaico não fica a critério exclusivo do mosaísta, sendo o resultado dos interesses e do gosto do cliente, que estava em situação de poder impor. Refletia, portanto, as necessidades da elite daquela sociedade. A concepção decorativa da temática da *villa* exaltava o poder do senhor e lhe permitia assumir suas funções sociais dentro de um marco de prestígio.

Embora nem sempre fosse fiel à herança clássica, o mosaísta estava inserido no seu meio, principalmente após o advento da dinastia dos Severos, quando o mosaico africano aproveitou para se fazer desabrochar tanto pelas técnicas e pelo estilo quanto pela temática. O comanditário cada vez mais se encontrava ali; ali se olhava como num espelho ou nas águas límpidas de um córrego, como Narciso. Ali se expunham sua beleza, suas riquezas, seus gostos, sua cultura, sua relação com o Império e o imperador, sua piedade, suas superstições, seu lazer preferido, como a caça, os jogos de anfiteatro, as atividades esportivas. Nos mosaicos de *villa*, são ilustrados os três aspectos do seu proprietário: seu poderio econômico, suas aptidões esportivas, ligadas à sua riqueza terratenente, e sua cultura. Para que o mosaico apresente o comanditário, seu meio socioeconômico, o artista africano utilizava todos os recursos disponíveis: a mitologia, a literatura, a herança pré-romana, a realidade vivida, enfim, a história...

### Documentação Textual

- AGUSTÍN. "Contra Académicos". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de San Agustín*. v. 3: Escritos Filosóficos. ed. bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1948 (Biblioteca de Autores Cristianos).
- AGUSTÍN. "Cartas (1ª) 1-140". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de San Agustín*. v. 8. ed. bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1953 (Biblioteca de Autores Cristianos).
- AGUSTÍN. "Sermones (2ª): 50-116". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de San Agustín*. v. 10. ed. bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1960 (Biblioteca de Autores Cristianos).

- AGUSTÍN. "La doctrina cristiana". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de San Agustín*. v. 15: Escritos Bíblicos (1<sup>o</sup>). ed. bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1953 (Biblioteca de Autores Cristianos).
- AGUSTÍN. "La Ciudad de Dios". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de San Agustín*. v. 16: Escritos Apologeticos (1<sup>o</sup>). ed. bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1958 (Biblioteca de Autores Cristianos).
- AGUSTÍN. "Comentarios a los salmos (2<sup>o</sup>): 41-75". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de San Agustín*. v. 20: Escritos Homiléticos (2<sup>o</sup>). ed. bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1988 (Biblioteca de Autores Cristianos).
- AGUSTÍN. "Comentarios a los salmos (4<sup>o</sup>): 118-150". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas de San Agustín*. v. 22: Escritos Homiléticos (4<sup>o</sup>). ed. bilingüe. Madrid: La Editorial Católica, 1989 (Biblioteca de Autores Cristianos).
- APULÉE. *Apologie*. trad. P. Valette. Paris: Les Belles Lettres, 1924 (Coll. des Universités de France).
- ÁURÉLE VICTOR. *Livre des Césars*. trad. P. Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975 (Coll. des Universités de France).
- CÉSAR. *Guerre d'Afrique*. trad. A. Bouvet. Paris: Les Belles Lettres, 1949 (Coll. des Universités de France).
- CICÉRON. *De l'orateur*. trad. E. Courbaud, H. Bornecque. 6. éd. Paris: Les Belles Lettres, 1967. 3 v. (Coll. des Universités de France).
- CLAUDIEN. "Guerre contre Gildon". In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes*. trad. A. Trognon, H. de Guerle. Paris: Garnier, 1833. pp. 183-215.
- CODEX THEODOSIANUS. *The Theodosianus code and novels and the Sirmodien*. transl. C. Pharr, T. S. Davidson, M. B. Pharr. Princeton: Princeton University Press, 1952.
- COLUMELA. *Los doce libros de agricultura*. 2 v. trad. C. J. Castro. Barcelona: Iberia, 1959.
- CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. v. VIII: *Inscriptiones Africae Latinae*. 1. pte.: *Inscriptiones Africae Proconsularis et Numidae*. org. G. Wilmanns. Berlin: *Georgium Reimerum*, 1881.
- DIODOROS SICULO. *The Library of History of Diodorus of Sicily*. 12 v. trans. C. H. Oldfather *et alii*. London: William C. Heinemann, 1953-57 (The Loeb Classical Library).

- HERÓDOTO. *História*. trad. M. da G. Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985 (Col. Biblioteca Clássica Unb, 8).
- HORÁCIO. *Obras completas: odes, éposos, carme secular, sátiras e epístolas*. trad. E. Duriense et alii. São Paulo: Cultura, 1941.
- ISOCRATE. *Discours*. 4 v. trad. G. Mathieu et E. Brémond. Paris: Les Belles Lettres, 1928-1962 (Collection des Universités de France).
- JUVÉNAL. *Satires*. trad. P. de Labriolle e F. Villeneuve. Paris: Les Belles Lettres, 1921 (Coll. de Universités de France).
- PALLADIUS. *L'économie rurale*. trad. M. Cabaret - Dupaty. Paris: Panckoucke, 1893.
- PETRONIUS. *Le Satiricon*. 3. éd. trad. A. Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1955 (Coll. des Universités de France).
- PLATON. *Protagoras*. 2. ed. trad. A. Croiset et Louis Bodin. Paris: Les Belles Lettres, 1948 (Collection des Universités de France).
- PLATON. *Les Lois*. 2 v. trad. E. des Places. Paris: Les Belles Lettres, 1951. (Collection des Universités de France)
- PLINE L'ANCIEN. *Histoire Naturelle*. 34 v. trad. J. Beaujeu et alii. Paris: Les Belles Lettres, 1947-66 (Coll. des Universités de France).
- PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. 5 v. trad. G. C. Cardoso. São Paulo: Paumapé 1991-5 (Col. Biblioteca de História, 4).
- POLÍBIO. *História*. trad. M. da G. Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985 (Col. Biblioteca Clássica UnB, 11).
- POMPONIUS MELA. *Chorographie*. trad. A. Silberman. Paris: Les Belles Lettres, 1988 (Collection des Universités de France).
- PROKOPIOS. *History of the wars*. 7 v. trans. H. B. Deuring. London: William C. Heinemann, 1954-60 (The Loeb Classical Library).
- SALÚSTIO. "Guerra de Jugurta". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. trad. A. da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. pp. 71-186 (Col. Horizonte - Clássicos 2, dir. J. Serrão).
- SYMMAQUE. *Lettres*. trad. J.-P. Callu. Paris: Les Belles Lettres, 1995 (Collection des Universités de France).
- SOLINUS, C. J. *Polyhistor*. trad. A. Agnat. Paris: Panckoucke, 1847.

- TACITE. *Annales*. trad. H. Goelzer. 5. éd. Paris: Les Belles Lettres, 1962. 3 v. (Collection des Universités de France).
- TERTULIANO. "O testemunho da alma". In: TERTULIANO *et alii*. *Opúsculos selectos de filosofia medieval*. 3. ed. trad. A. S. Pinheiro. Braga: Faculdade de Filosofia, 1990.
- VARRON. *L'économie rurale*. trad. X. Russelot. Paris: Panckoucke, 1843.
- VICTOR VITA. *Historia persecutionis Africae prouinciam*. Ed. M. Petchenig. Vienne: *Academiae Litterarum Caesareae Vindobonnensis*, 18 (*Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinarum*, 7).
- VITRUVIO. *Los diez libros de Arquitectura*. trad. A. Blánquez. Barcelona: Ibreia, 1955.

### Bibliografia

- ALBERTINI, E. "Un témoignage de Saint Augustin sur la prospérité relative de l'Afrique au IVe. siècle". In: *Mélanges offerts à Paul Thomas*. Paris - Bruges: Imprimerie Sainte Catherine, 1930. pp. 1-5.
- ALBERTINI, E. "Témoignage du Code Théodosianus sur la prospérité de l'Afrique au IVe. siècle (C. Th. XII, 5, 3)". In: *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*: 109-12, 1933.
- BARTON, I. M. *Africa in the Roman Empire*. Accra: Ghana Universities Press, 1972.
- BLANCHARD-LEMÉE, M. *et alii*. *Mosaics of Roman Africa; floor mosaics from Tunisia*. London: British Museum Press, 1996.
- BOISSIER, G. *L'Afrique Romaine; promenade archéologique en Algérie et en Tunisie*. 6. éd. Paris: Hachette, 1901.
- BROUGHTON, T. R. S. *The romanisation of Africa Proconsularis*. Witsport: Greenwood Press, 1972.
- BROWN, P. *Religion and society in the age of saint Augustine*. London: Faber & Faber, 1972.
- CAGNAT, R. *Carthage, Timgad, Tébessa et les villes antiques de l'Afrique du Nord*. Paris: H. Laurens, 1912.
- CAMPS-FABRER, H. *L'olivier et l'huile dans l'Afrique Romaine*. Alger: Imprimerie Officielle, 1953.

- CARANDINI, A. "La villa di Piazza Armerina, la circolazione della cultura figurativa africana nel tardo impero ed altre precisazioni". In: *Dialoghi di Archeologia* 1: 93 - 120, 1967.
- CARDOSO, C. F. S. *Trabalho compulsório na Antigüidade; ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984 (Col. Biblioteca de História, 9).
- COURTOIS, C. et alii. *Tablettes Albertini; actes privées de l'époque vandale (fin du Ve. siècle)*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1952. 2 v.
- DECRET, Fr., FANTAR, M. *L'Afrique du Nord dans l'Antiquité; histoire et civilisation des origines au Ve. siècle*. 2. ed. Paris: Payot, 1988 (Bibliothèque Historique Payot).
- DUNBABIN, K. M. D. *The mosaics of Roman North Africa; studies in iconography and patronage*. Oxford: Claredon Press, 1978.
- DUNBABIN, K. M. D. *Mosaics of the Greek and Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DUNCAN-JONES, R. "Prices in the African provinces". In: \_\_\_\_\_. *The economy of the Roman Empire; quantitative studies*. Cambridge: University Press, 1979. pp. 63-119.
- DUVAL, N. "L'iconographie des "villas africaines" et la vie rurale dans l'Afrique Romaine de l'Antiquité tardive". In: ACTES DU IIIe. COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HISTOIRE ET L'ARCHÉOLOGIE DE L'AFRIQUE DU NORD (Montpellier, 1-5 avril 1985). *Histoire et archéologie de l'Afrique du Nord*. Paris: C.T.H.S., 1986. pp. 163-174.
- DYSON, S. L. "Native revolt pattern in the Roman Empire". In: *Aufstieg und Niedergang Römish Welt, Principat* 2 (3): 136-75, 1975.
- FANTAR, M. H. et alii. *La mosaïque en Tunisie*. Paris - Túnis: CNRS - Alif, 1994.
- FÉVRIER, P.-A. "La maison et la mer; réalité et imaginaire". In: ACTES DU IIIe. CONGRÈS INTERNATIONAL D'ÉTUDE DES CULTURES DE LA MÉDITERRANÉE OCCIDENTALE. v. 1. Alger: Société Nationale d'Édition et de Diffusion, 1981. pp. 95-101.
- FÉVRIER, P.-A. *Approches du Maghreb Romain; pouvoirs, différences et conflits*. 2 t. Aix-en-Provence: ÉDISUD, 1989 / 1990.

- FRADIER, G. *Mosaïques romaines de Tunisie*. Tunis: Cérés Éditions, 1997.
- GARSNEY, P., WHITTAKER, C. R. "Rome's African Empire under the Principate". In: \_\_\_\_\_. *Imperialism in the Ancient World*. Cambridge: University Press, 1978. pp. 223-245.
- GAUTIER, E.-F. *Le passé de l'Afrique du Nord; les siècles obscurs*. 2. ed. Paris: Payot, 1952 (Petit Bibliothèque Payot, 67).
- GERMAINE, S. *Les mosaïques de Timgad*. Paris: CNRS Éditions, 1969.
- GRABAR, A. "Programmes iconographiques à l'usage des propriétaires des latifundia romains". In: *Cahiers Archéologiques* 12: 394, 1962.
- GSELL, S. "Esclave ruraux dans l'Afrique Romaine". In: \_\_\_\_\_. *Études sur l'Afrique Antique; scripta varia*. Lille: P. U. L., 1981. pp. 253-271.
- JULIEN, Ch.-A. *Histoire de l'Afrique; des origines à 1830*. 3. ed. Paris: Payot, 1994 (Grande Bibliothèque Payot).
- KRINGS, V., DEVILLERS, O. "Autour de l'agronome Magon". In: ATTI DEL XI CONVEGNO DI STUDIO (Cartagine, 15-18 dicembre 1994). *L'Africa Romana*. Ozieri: Ed. Il. Torchetto, 1996. pp. 489-582.
- LEPELLEY, Cl. "Déclin ou stabilité de l'agriculture africaine au Bas Empire? A propos d'une loi de l'empereur *Honorius*". In: *Antiquités Africaines* 1: 135-144, 1967.
- LEPELLEY, Cl. *Les cités de l'Afrique Romaine au Bas Empire*. t. 1: La permanence d'une civilisation municipale. Paris: Études Augustiniennes, 1979.
- LING, R. *Ancient Mosaics*. London: British Museum Press, 1998.
- MAHJOUBI, A. O período romano e pós-romano na África do Norte. I. O período romano. In: MOKHTAR, G. (coord.). *História Geral da África*. v. 2: A África Antiga. trad. Carlos Henrique Davidoff et alii. São Paulo - Paris: Ática - UNESCO, 1983. pp. 473-509.
- MANTON, E. L. *Roman North Africa*. London: Seaby, 1988.
- MATTINGLY, D. J. "The olive boom. Oil surpluses, wealth and power in Roman Tripolitania". In: *Libic Studies* 19: 21-41, 1988.
- MEER, F. van der. *San Agustín, pastor de almas*. Barcelona: Herder, 1966 (Col. Biblioteca Herder - Sección de Historia, 58).
- MENSAGE, J. *La romanisation de l'Afrique: Tunisie, Algérie, Maroc*. Paris: G. Beauchesne, 1913.

- MERLIN, A. "La mosaïque du seigneur *Julius*". In: *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques*: 95-114, 1921.
- MORIZOT, P. "L'Aurès et l'olivier". In: *Antiquités Africaines* 29: 177-240, 1993.
- PARRISH, D. "Two mosaics from Tunisia: an African variation of the season theme". In: *American Journal of Archaeology* 83: 281-283, 1979.
- PFLAUM, H.-G. "La romanisation de l'Afrique". In: \_\_\_\_\_ . *Afrique Romaine; scripta varia* I. Paris: L'Harmattan, 1979. pp. 375-392.
- PICARD, G.-Ch. *La civilisation de l'Afrique Romaine*. 2. ed. Paris: Études Augustiniennes, 1990.
- PRECHEUR-CANONGE, T. *La vie rurale en Afrique Romaine d'après les mosaïques*. Paris: P.U.F., 1962.
- RAECK, W. "*Publica non despiciens*. Ergänzungen zur Interpretation des Dominus-Iulius Mosaiks aus Karthago". In: *Röm Mitt* 94: 295-308, 1987.
- RAVEN, S. *Rome in Africa*. 2. ed. London - New York: Longman, 1984.
- RONDET, H. "Richesse et pauvreté dans la prédication de Saint Augustin". In: *Revue d'Ascétique et Mystique* 30 (117): 193-231, 1954.
- ROSTOVTZEFF, M. Histoire économique et sociale de l'Empire Romain. trad. O. Demange. Paris: Robert Lafont, 1988 (Coll. Bouquins, dir. G. Schoeller).
- SARNOWSKI, T. *Les représentations de villas sur les mosaïques africaines tardives*. Wrocław: Zakład Narodowy Imienia Ossolinskich-Wydawnictwo Polskiej Akademii Nauk, 1978.
- SAUMAGNE, C. "Ouvriers ou rôdeurs de celliers: circoncellions d'Afrique". In: *Annales d'Histoire Économique et Sociale* 6: 351-364, 1934.
- SAUMAGNE, C. "Un tarif fiscal". In: *Karthago* 1: 109-120, 1950.
- SCHNAPP, A. "Pratiche e immagini di caccia nella Grecia antica". In: *Dialoghi di Archeologia* 1: 36-59, 1979.
- THÉBERT, Y. "Vida privada e arquitetura doméstica na África Romana". In: ARIÈS, Ph., DUBY, G. (org.). *História da vida privada*. v. 1: do Império Romano ao ano mil. trad. H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 303-397.
- VEYNE, P. "Les cadeaux des colons à leur propriétaire: la Neuvième Bucolique et le Mausolée d'Igel". In: *Revue Archéologique* 2: 248-252, 1981.

- VEYNE, P. "A casa: água, chamas, cores, luz, vazio". In: ARIÈS, P., DUBY, G. (org.). *História da vida privada*. v. 1: do Império Romano ao ano mil. trad. H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 301-302.
- WARMINGTON, B. H. "O período cartaginês". In: MOKHTAR, G. (coord.). *História geral da África*. v. 2. trad. C. H. Davidoff et alii. São Paulo - Paris: Ática - UNESCO, 1983. pp. 449-472.
- WARMINGTON, B. H. *The north African provinces from Diocletian to the vandal conquest*. Cambridge: University Press, 1954.
- WHITTAKER, C. R. "Land and labour in the North Africa". In: *Klio* 50: 331-62, 1978.

### Notas

---

<sup>1</sup> De acordo com o levantamento de mosaicos de *Thamugadi* (colônia romana na Numídia), dos 235 mosaicos da cidade, 124 provêm de casas ricas (GERMAINE, 1969).

<sup>2</sup> Esta residência também é conhecida por Casa de Icário. Paul Gauckler, ao analisar a cena central de um mosaico do grande *triclinium*, em que quatro pés de vinha, saindo de quatro crateras colocadas nos ângulos do mosaico, vão compor a moldura desta cena, a interpretou como a visita de Dionisos ao rei ático Icário, que recebeu do deus a arte da viticultura.

<sup>3</sup> No registro inferior à direita, o pergaminho entregue pelo camponês ao senhor permitiu identificá-lo como Júlio, devido ao uso da abreviatura do dativo: *IV (LIO) DOM (INO)* (para o senhor Júlio).

<sup>4</sup> Por exemplo, MERLIN, 1921: 95-114; ROSTOVITSEFF, 1988: 564 (n. 103) e 626 (n. 6); GRABAR, 1962: 394; PRECHEUR-CANONGE, 1962; DUNBABIN, 1978: 119-121, pl. 109; SARNOWSKI, 1978; VEYNE, 1981: 248-252; PARRISH, 1984: 111-113, n.º 9, pls. 15-16; DUVAL, 1986: 163-174; THÉBERT, 1990: 386; RAECK, 1987: 295-308, 1987. pls. 138-139; FANTAR, 1994: 108-112 e 140-143; BLANCHARD-LEMÉE, 1995: 174-178; FRADIER, 1997: 48-49, 51-53; LING, 1998: 93; DUNBABIN, 2000: 118-119, fig. 122.

<sup>5</sup> 4 de Cartago, 1 de Útica, 3 de Tabarka, 1 de Thina, 1 Djemila, 1 de Constantina e 2 do uádi (leito do rio) de Athmenia.

<sup>6</sup> Apuleio, em *Apologia*, refere-se a Emiliano de Zarath, um modesto camponês contente por ter um asno. Plínio, em *História Natural* XVII, 3, conta ter visto em

Bizacena uma cena de trabalho em que a charrua era atrelada a um humilde burrico e uma velha colocada do outro lado do jugo.

<sup>7</sup> Azeitonas, junto com o óleo de oliva extraído das prensas de óleo encontradas em cada *villa*, eram antes de tudo um item de consumo doméstico. Mas, o óleo de oliva tinha outros usos: era usado para aquecer e para iluminar, assim como para adorno pessoal e usos terapêuticos

<sup>8</sup> Os escritos latinos (COLUMELA. *Da Agricultura* I, 13; VARRÃO. *A economia rural* I, 1, 10 e II, 5,18; CÍCERO. *O orador* I, 249; PLÍNIO, O VELHO. *História Natural* XVIII, 22-23) citam o tratado agrícola, atualmente perdido, do cartaginês Magon, escrito no século III a. C., para obter informações sobre o conhecimento agrícola cartaginês, incluindo o cultivo da oliveira (KRINGS e DEVILLERS, 1996: 489-582).

<sup>9</sup> A senhora utiliza um leque quadrado muito parecido aos que os artesãos de Gabes fazem para os tunisianos atuais combaterem os rigores da canícula.

<sup>10</sup> Para Fantar (1994: 97-103), sem dúvida, trata-se de uma estrebaria, se bem que para o próprio edifício não se garanta a historicidade das formas e dos volumes.

<sup>11</sup> Mencionada por HERÓDOTO. *História* IV, 194, em relação ao povo gizante.

<sup>12</sup> Havia o interesse romano em evitar a concorrência para o azeite e o vinho italianos, o que levou à destruição de olivais e vinhedos na região cartaginesa. Seu cultivo foi permitido apenas nas terras impróprias para aquele dos cereais, as *subsiciva*. Com isso, a arboricultura, praticada na zona rural (*chora*) cartaginesa, sofreu uma regressão durante a dinastia Júlio-Cláudia, mas se recuperou nas dinastias dos Antoninos e Severos

<sup>13</sup> Segundo Barton (1972: 29), a população carente na época de Augusto chegou a alcançar 90% dos habitantes de Roma. Mahjoubi (1983: 491) calcula que, durante o governo de Augusto, 200.000 romanos recebiam gratuitamente uma ração de 44 l de trigo por mês, totalizando cerca de 1.000.000 de alqueires.

<sup>14</sup> A cota de cereal era complementada ocasionalmente com o botim das campanhas militares ou com a patronagem de ricos senadores, cujos presentes em espécie ou em moedas possibilitavam uma melhoria no regime alimentar com azeite, frutas, vegetais, vinho e, algumas vezes, até carne. Durante o século III, alguns desses itens foram anexados à ração de cereal, mas esta continuou sendo a base da alimentação.

<sup>15</sup> A quantidade de cereal variava de região para região na África do Norte. Já no século I, Pompônio Mela (*Corografia* I, 6,) expõe que a produção agrícola da Mauritânia era menor que a da Numídia. No século III, o gramático Solino (*Erudito* XXVIII) informou que a planície de Bizacena, que tinha duzentas milhas ou mais de extensão, era tão fértil que a sementeira rendia 100 grãos por 1. No final do século IV, Agostinho (*Comentários dos salmos* CXLIX, 3) mencionou que se na Numídia

cereal dava 10 por 1, na Getúlia obtinham-se 60 e até 100 por 1. A região cerealiífera norte-africana abrangia o vale de Bragadas, os altiplanos e planaltos da Numídia. Segundo o testemunho de Procópio (*História das Guerras* II, 12), a cultura cerealiífera era praticada na região vizinha de *Thamugadi*, que era melhor irrigada.

<sup>16</sup> Na capital do Império Romano, conforme Horácio (*Carmina* I, 1, 10), quando se queria dizer que um homem era extremamente rico, dizia-se: “*Ele tem em seus celeiros todo o trigo colhido pela África.*” Plínio, o Velho (*História Natural* XVIII, 21) narrou que um procurador de Augusto lhe enviou 400 grãos que tinham saído de um só, expressando assim a idéia de que o trigo africano produzia mais que o de outras regiões. O mesmo autor, em *História Natural* XVII, 3, também se referiu à fertilidade do solo norte-africano ao descrever a facilidade de trabalhar a terra após as chuvas somente com uma charrua atrelada a um pequeno burro e a uma mulher. Em termos iconográficos, o epíteto “celeiro de Roma” é “lido” no mosaico encontrado na *uilla* Ercolia da Sicília, no qual a personificação da África aparece segurando espigas de trigo (LEPELLEY, 1979: 4), e numa imagem da *Notitia Dignitatum*, compilada em fins do século IV, na qual aparece uma dama agitando espigas de trigo, próxima às insígnias do procônsul; embaixo desta figura feminina, foram desenhados barcos carregados de sacos de trigo a caminho de Roma.

<sup>17</sup> Segundo Plutarco (*Vida de César* LIV), Júlio César fez questão de propalar os resultados de sua vitória sobre os pompeianos em Tapso: “(...) *os países que acabava de conquistar eram tão extensos, que o povo romano poderia receber deles, todos os anos, duzentos mil medimnos áticos de trigo e três milhões de libras de azeite*”. Já durante a sua campanha na região, Júlio César apreendeu trezentos mil alqueires de trigo estocados pelos italianos que viviam em *Thysdrus* e que pediram sua proteção, de acordo com *Guerra da África* XXXVI.

<sup>18</sup> A importância dos suprimentos de cereais para Roma está representada na numismática romana (BARTON, 1972: 30): uma moeda da época de Nero tem a inscrição *ANNONA AVGVSTI CERES* e as figuras de Ceres, da deusa *Anona* e da popa de um navio, esta simbolizando a importação de cereais do além-mar; uma outra, também da época de Nero, tem gravada o novo porto de Óstia por onde entravam as importações cerealiíferas; e uma terceira, do governo de Tito, tem a inscrição *ANNONA AVG.* e a proa de um navio, uma cornucópia, uma cesta de cereal e a deusa *Anona* carregando a estátua de *Aequitas*, simbolizando a mão justa do imperador na distribuição do cereal.

<sup>19</sup> Os olivais eram reservados aos terrenos em declive e esgotados pelos trigais, impróprios para a semeadura, inclusive nas montanhas e estepes. As árvores eram geralmente dispostas em forma de cruz, com uma plantada no centro (quincôncio). A oliveira somente começa a produzir a partir de dez ou doze anos, chegando até a quinze anos o tempo de espera. Durante todo este tempo, a terra permanece impro-

dutiva, pois, em zona semi-árida, a oliveira não admite nenhuma cultura intercalada. As operações de lavra e de poda requerem pouca mão-de-obra, mas a colheita e a prensagem exigem muitos trabalhadores. Na Antiguidade, o pessoal permanente de uma fazenda não era suficiente para estes trabalhos, o que levava ao recrutamento de mão-de-obra sazonal, como os circunceliões.

<sup>20</sup> Pequena túnica para dar liberdade de movimento e capa solta ao vento, pernas protegidas por faixas, as *fasciae crurales*, e nos pés, botas de cano curto.

<sup>21</sup> Salústio (*Guerra de Jugurta XVIII*) a descreve como “*oblongas, de cobertura com os lados recurvos, são como cascos de navios.*”

<sup>22</sup> Originada do nome de Curtílio Mancia, talvez procônsul da África na época de Vespasiano.

<sup>23</sup> Há divergências quanto à abrangência da aplicação destes regulamentos: ao conjunto do *ager publicus* em todo o Império Romano, à África do Norte ou à região dos *saltus* (domínios imperiais) do vale médio do Bagradas.

<sup>24</sup> Gesto apotropaico do qual a Tunísia atual se lembra ainda em Túnis e em algumas grandes cidades com Sifax. A mulher casada, no dia seguinte da cerimônia, saltita sobre os peixes que o marido deposita ritualmente aos seus pés.

<sup>25</sup> As estações não são representadas por alegorias personificadas, mas são sugeridas por uma moldura natural na qual imagens de pessoas reais são colocadas exercendo tarefas típicas das estações. Assim, quanto aos trabalhos dos campos, o mosaísta sabe metonimicamente sugeri-los. Em cada ângulo do mosaico, há cenas que ilustram as atividades de inverno (superior à esquerda: colheita da azeitona), de verão (superior à direita: ceifa), de primavera (inferior à esquerda: colheita de flores) e de outono (inferior à direita: vindima, caça de pássaros aquáticos e lebres).